



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MAYARA ALVES LOPES

**ENDIVIDAMENTO X PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO
COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2019**

MAYARA ALVES LOPES

**ENDIVIDAMENTO X PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO
COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L864e Lopes, Mayara Alves.

ENDIVIDAMENTO X PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM
ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA /
Mayara Alves Lopes. - João Pessoa, 2019.
57 f. : il.

Orientação: Wenner Glaucio Lopes Lucena.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Endividamento. 2. Finanças Pessoais. 3. Policiais
Militares. 4. Servidor Público. I. Lucena, Wenner
Glaucio Lopes. II. Título.

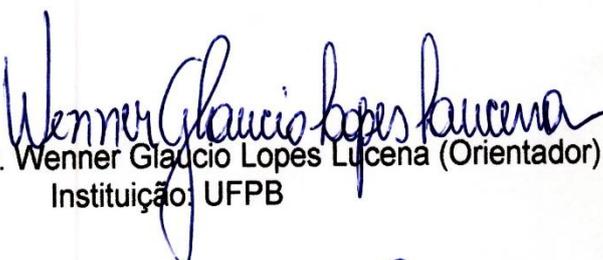
UFPB/BC

MAYARA ALVES LOPES

**ENDIVIDAMENTO X PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO
COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena (Orientador)
Instituição: UFPB


Membro: Profª. Me (a) Danielle Karla Vieira e Silva
Instituição: UFPB


Membro: Profª. Me (a) Geisa Cassiana Paulino da Silva
Instituição: UFPB

João Pessoa, 24 de abril de 2019.

Dedico este trabalho a minha mãe Maria, que é pra mim um exemplo de mãe, esposa e mulher, que com seu jeito doce sempre me incentivou nos estudos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o Autor da minha vida, por ter me ofertado com o dom da vida e permitir que eu chegasse até aqui, sendo meu braço forte e guiando-me até aqui.

Aos meus pais por tudo que me ensinaram. Em especial minha mãe Maria, meu exemplo de vida.

Ao meu orientador, Professor Wenner Glaucio Lopes Lucena, que soube compreender minhas dificuldades, ensinando-me os caminhos mais inteligentes na condução deste trabalho.

A minha querida grande família, por estar sempre presente ao meu lado. Com carinho também agradeço aos meus avós maternos, Francisco e Geralda, voinho e voinha, por sempre me apoiarem e me ajudarem em tudo que precisei no decorrer da minha caminhada.

Aos colegas de trabalho, profissionais da Segurança Pública, guardiões da sociedade e pacificadores sociais, que se dispuseram a ajudar respondendo prontamente aos questionários e me dando força para continuar nessa jornada.

Aos meus amigos, apenas por serem amigos e estarem presentes em todos os momentos, bons ou ruins, de minha vida. Em especial, a minha dupla Nahuan e Fernanda.

*“O sucesso é a soma de pequenos esforços
repetidos dia após dia.”*
(Robert Collier)

RESUMO

Este trabalho tem como por objetivo verificar a relação da falta de planejamento financeiro pessoal com o endividamento dos policiais militares do estado da Paraíba. A escolha deste tema justifica-se por entender que o número de pessoas endividadas aumenta a cada dia, ocasionando diversos problemas. O trabalho foi desenvolvido por uma metodologia conduzida através de uma pesquisa descritivo-exploratória por meio de um levantamento *survey*, onde os dados foram coletados através de um questionário aplicado a uma amostra composta por 518 policiais militares. Como resultados a pesquisa verificou que a maioria dos militares já tiveram informações sobre educação financeira e o principal meio de aquisição desse conhecimento foi através de buscas na internet. Com relação ao planejamento financeiro pessoal constatou-se que muitos dos entrevistados possuem planilhas de controle de gastos, contudo, não tem o hábito de anotar suas despesas mensais, bem como fazer orçamentos para uma melhor gestão de suas finanças. Verificou-se ainda que quanto menor é a renda e conseqüentemente o cargo, maior a propensão e o nível de endividamento dos militares. Dos sobreendividados todos pertencem ao ciclo hierárquico das praças. E o principal motivo apresentado para aquisição de dívidas de longo prazo é para investimentos na aquisição de carro ou imóvel. Foi possível verificar que de modo geral a falta de gestão e planejamento das finanças pessoais é um dos fatores determinantes e indicadores ao endividamento.

Palavras-chave: Endividamento. Finanças Pessoais. Policiais Militares. Servidor Público.

ABSTRACT

This paper aims to verify the relationship between the lack of personal financial planning and the indebtedness of the military police of the state of Paraíba. The choice of this topic is justified because it understands that the number of indebted people increases each day, causing several problems. The work was developed by a methodology conducted through a descriptive-exploratory research through a survey survey, where the data were collected through a questionnaire applied to a sample composed of 518 military police officers. As a result the research found that most of the military had information about financial education and the main means of acquiring this knowledge was through searches on the internet. With regard to personal financial planning it was found that many of the interviewees have expense control sheets, however, they are not in the habit of noting their monthly expenses, as well as making budgets for better management of their finances. It was also verified that the lower the income and consequently the position, the greater the propensity and the level of indebtedness of the military. Of the over-indebted ones all belong to the hierarchical cycle of the squares. And the main reason presented for the acquisition of long-term debt is for investments in the acquisition of car or property. It was possible to verify that, in general, the lack of management and planning of personal finances is one of the determinants and indicators of indebtedness.

Keywords: Indebtedness. Personal Finance. Military Police. Public server.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese de ações para controlar as finanças pessoais	19
Quadro 2 - Estrutura funcional da PMPB	26
Quadro 3 - Síntese do instrumento de coleta de dados	29
Quadro 4 - Indicadores de endividamento	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico	32
Tabela 2 – Perfil institucional	35
Tabela 3 - Conhecimento sobre juros e encargos x nível de escolaridade	35
Tabela 4 – Educação Financeira x Tipo de informação	35
Tabela 5 – Planejamento financeiro pessoal	37
Tabela 6 - Comportamento dos gastos x Renda pessoal	39
Tabela 7 - Conhecimento para administrar seu dinheiro x idade	40
Tabela 8 – Utilização do crédito	41
Tabela 9 – Dívidas x Motivo	42
Tabela 10 – Dívidas x renda	43
Tabela 11 – Nível de endividamento x Círculo hierárquico	44
Tabela 12 – Nível de endividamento x desempenho profissional	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPAMB	Batalhão de Policiamento Ambiental
BPTRAN	Batalhão de Policiamento de Trânsito
CBSP	Curso Bacharelado em Segurança Pública
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CPRs	Comandos Regionais
CTESP	Curso de Tecnólogo em Segurança Pública
DGP	Diretoria de Gestão Pessoal
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PEIC	Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
RDPM	Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba
PMPB	Polícia Militar do Estado da Paraíba
RPMONT	Regimento de Policiamento Montado
SEDS	Secretária de Estado da Segurança e da Defesa Social
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	17
2.1.1	Planejamento Financeiro	18
2.2	CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO	19
2.2.1	Fatores relacionados à inadimplência.....	21
2.2.2	Endividamento dos Servidores Públicos.....	22
2.3	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA	28
3.2	UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA.....	29
3.3	COLETA DE DADOS	29
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	30
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	32
4.1	PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO.....	32
4.2	CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA	35
4.3	PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	37
4.4	ENDIVIDAMENTO PESSOAL	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A	54
	APÊNDICE B	57

1 INTRODUÇÃO

O avanço da globalização, a estabilidade econômica e o surgimento de novas tecnologias geraram por consequência a expansão do crédito a população brasileira, que por sua vez, levou o aumento do consumo das famílias. A partir deste contexto surgiram as consequências dessa expansão: endividamento, inadimplência, assim como, o descontrole financeiro (SOUZA, D., 2015).

Segundo Alves (2016), a desorganização no que diz respeito à gestão das finanças pessoais leva os indivíduos a escolherem por alternativas que impactam negativamente sua vida, com gastos que superam sua renda, as pessoas não poupam e ficam vulneráveis nos momentos de instabilidade econômica ou dificuldade financeiro, como o desemprego.

A facilidade de acesso ao crédito, o aumento da renda populacional, a variedade de produtos e serviços oferecidos, assim como a influência do *marketing* e da sociedade onde o indivíduo está inserido, são alguns motivos que tem levado cada vez mais pessoas ao endividamento (BCB, 2013). Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015, p. 25) alegam que, “o endividamento ocorre por consequência dos gastos gerados por impulso ou por oportunidades e acabam afetando a vida das pessoas”.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2018), em setembro de 2018, cerca de 60% (sessenta por cento) das famílias brasileiras relataram ter dívidas entre elas: cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, prestação de carro, seguros ou empréstimos pessoais.

Servidores públicos das três esferas (União, estados e municípios) devem cerca de R\$ 180,2 bilhões aos bancos na modalidade de operações de crédito consignado, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2018). Os servidores devem em média 10 (dez) vezes mais do que os trabalhadores do setor privado, que já acumulam cerca de R\$ 19 milhões de empréstimos consignados com instituições financeiras. Com relação aos policiais militares, Portela e Bughay (2007) alegam que as dificuldades trazidas pela falta de dinheiro apresentam reflexos na corporação, que vão desde fatores físicos, motivacionais até o prejuízo do seu rendimento durante o serviço.

Claudino, Nunes e Silva (2009) afirmam que os servidores possuem participação primordial na economia do país, pois impulsionam a economia na arrecadação dos tributos e estão diretamente ligados a geração de emprego e renda do país.

A estrutura deste trabalho é composta por cinco capítulos. O capítulo atual introduz o tema, delimita o problema e estabelece os objetivos da pesquisa, bem como é feita a justificativa para a realização deste estudo. O segundo capítulo traz as bases conceituais que amparam os conceitos abordados, a saber: educação financeira, planejamento financeiro pessoal. Também são aprofundados os conceitos relacionados crédito e endividamento e os principais fatores que levam a inadimplência. Além de uma breve caracterização da organização foco do estudo.

No capítulo três são descritos os passos utilizados para a realização da pesquisa, ou seja, é apresentada a metodologia utilizada. No quarto capítulo é feita a apresentação e a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa. No capítulo cinco são feitas às considerações finais. Por fim, são listadas as referências bibliográficas utilizadas e no apêndice pode ser encontrado o questionário aplicado na pesquisa.

1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

Quando se pensa em contabilidade, automaticamente nos vem à mente o registro de contas de empresas, o que nos remete a um distanciamento da realidade e de sua utilização em nossas vidas pessoais. Mais quando se conhece sobre o tema percebe-se que a contabilidade está envolvida e entrelaçada diretamente no cotidiano das pessoas, pois vive-se diariamente em função financeira de receitas e despesas. Silva, Souza e Farjan (2015) afirmam que as finanças fazem parte do nosso dia a dia, pois a todo tempo lida-se com temas como economia, dívidas e consumo de maneiras diversas.

Com o crescimento do consumo excessivo, da oferta de crédito, do endividamento e do alto índice de inadimplência, surge à necessidade de uma gestão de finanças pessoais mais eficaz, e com isso a contabilidade pode ser vista como um mecanismo que auxilie no controle do patrimônio das pessoas físicas (SILVA, F. *et al.*, 2014).

No Brasil o planejamento das finanças pessoais é pouco conhecido e a Educação Financeira não faz parte do currículo educacional brasileiro obrigatório, fazendo com que fique a cargo de interesse de cada um adquiri - lá. (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015).

Todavia, o conhecimento acerca de Educação Financeira no Brasil, vem se fortalecendo. Savoia, Saito e Santana (2007), destacam alguns órgãos governamentais, associações e mídias e instituições financeiras e de ensino que estão engajadas no processo de Educação Financeira, a exemplo: o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Imobiliários, o Banco Itaú e a Serasa. E em 2010, por meio do DECRETO nº. 7.397 criou-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem por finalidade:

[...] promover a educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania, para a eficiência e a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010, art.1º).

Com isso, a falta do hábito de planejar poderá trazer consequências como o aumento do endividamento, a inadimplência, bem comprometer o bem-estar individual ocasionando problemas de cunho social e familiar (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009; SOUZA D., 2015).

Frente ao que foi exposto, a situação problema que este estudo procura responder pode ser formulada pela seguinte questão: **Qual a relação entre a falta de planejamento financeiro pessoal e o endividamento dos policiais militares do Estado da Paraíba?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a relação entre a falta de planejamento financeiro pessoal e o endividamento em um grupo de policiais militares do Estado da Paraíba.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar o perfil dos Policiais Militares do Estado da Paraíba;
- b) Verificar se os militares se preocupam em adquirir conhecimento acerca de Educação financeira;
- c) Analisar se há o hábito do planejamento financeiro pessoal;
- d) Detectar o nível de endividamento dos policiais militares;
- e) Identificar os motivos atribuídos ao endividamento pessoal.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, diversos órgãos como: o Banco Central do Brasil (BCB), o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizam pesquisas e apresentam indicadores econômicos, sobre o aumento do endividamento e da inadimplência da população brasileira.

A CNC realiza uma pesquisa mensal que avalia o endividamento e a inadimplência do consumidor, desde o ano de 2010. E em setembro de 2018, a pesquisa revela que o percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas dívidas em atraso subiu para 10,9 % do total que declararam possuir dívidas.

Os servidores públicos são favorecidos e bastante suscetíveis ao endividamento devido há algumas circunstâncias que suas ocupações proporcionam como: a estabilidade nos cargos, salários mais altos que a iniciativa privada, juros mais baixos ao contratar crédito, entre outros (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2014; GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015).

Com todas essas facilidades, associadas ao padrão de vida e de consumo que a sociedade capitalista impõe, o servidor acaba por contrair dívidas sem se preocupar com as consequências e parcelas assumidas, entrando muitas vezes num ciclo vicioso entre as várias linhas de crédito oferecidas no mercado para sanar seus débitos. De acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC, 2018), as consequências emocionais desse ciclo são bem conhecidas como: baixa

produtividade no trabalho, problemas familiares, desmotivação, ansiedade, depressão.

O consumismo está enraizado na cultura de nossa sociedade, e a falta de conhecimento sobre como administrar o dinheiro ao longo da vida é reflexos dessa cultura, além da ausência do assunto nas escolas brasileiras o que também contribui para o resultado quando o cidadão atinge a vida adulta (BCB, 2013).

Frente a isso, observa-se que o momento é oportuno para a realização do estudo, pois várias pesquisas já vêm confirmando o fenômeno do endividamento nas famílias brasileiras, que pode ser causado pela falta de planejamento financeiro (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008), pelo baixo nível de educação financeira (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009), pelo o uso excessivo de financiamentos (GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015), assim como pela facilidade que os servidores têm de obter crédito (SOUZA, D., 2015).

Posto isto, a escolha do tema foi impulsionada por entender-se que o número de pessoas endividadas aumenta a cada dia, ocasionando diversos problemas. Cabe salientar ainda que a profissão policial militar é de risco, possuindo um nível elevado de estresse e que os problemas abordados nesse estudo podem interferir diretamente no seu desempenho profissional.

Destaca-se ainda que a Polícia Militar da Paraíba (PMPB) possui um regulamento disciplinar que prevê a penalização, no âmbito administrativo, daqueles militares que contraírem dívidas acima de suas possibilidades, comprometendo assim o nome da classe (PARAÍBA, 1977).

Em suma, considera-se que esta investigação, contribui para a compreensão do efeito do endividamento e para promover uma reflexão sobre um bom planejamento financeiro, visto que a falta deste é um fator determinante para o endividamento de servidores públicos (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2008). Além de que a saúde financeira dos servidores tem impacto direto no desempenho profissional, logo o planejamento financeiro pessoal seria importante para que se tenha profissionais com bom desempenho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo foram apresentados os conceitos e teorias necessárias para a compreensão e embasamento teórico deste estudo. Na primeira seção foi abordada a literatura sobre educação financeira. A seguinte apresenta um panorama acerca de crédito e endividamento, bem como suas principais causas. E por fim, um breve histórico da organização tema do estudo.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os termos educação financeira e alfabetização financeira têm sido utilizados repetidamente como sinônimos. Entretanto Silva G. *et al.* (2017) realizaram uma pesquisa recente e demonstraram que existe uma desconexão na literatura quanto a estes conceitos.

Para a Atkinson e Messy (2011), a alfabetização financeira é um termo mais amplo que a educação financeira, e de acordo com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011) a alfabetização financeira é conceituada por meio da combinação de três variáveis: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. Já a educação financeira de acordo com Silva G. *et al.* (2017) englobaria apenas a variável do conhecimento financeiro, que será fruto desse estudo.

O BCB (2013, p.3) conceitua educação financeira como sendo:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Já Savoia, Saito e Santana (2007) descrevem a educação financeira como sendo um processo de transferência de informação que permite o aumento de habilidades nos indivíduos, permitindo assim, que decisões possam ser tomadas de forma segura e o conhecimento em finanças pessoais seja melhorado.

Desta forma, a educação financeira é vista como um conjunto de informações que ajudam as pessoas a lidarem com suas finanças e gerir seus gastos em geral, melhorando a qualidade do consumo e ajudando na prevenção de situações não desejáveis no futuro (GADELHA; LUCENA; CORREIA, 2014). Neste sentido é importante que o indivíduo tenha conhecimento, pois estes obtêm informações essenciais ao gerenciamento de suas finanças e podem realizar o planejamento adequado as suas necessidades.

2.1.1 Planejamento Financeiro

Planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Paiva (2013, p.21) caracteriza planejamento financeiro como sendo:

[...] um plano para se chegar à condição financeira desejada, não somente material, mas também pessoal e profissional. Ou ainda, como o processo de gerenciar o dinheiro, de controlar a situação financeira, visando atingir ou permitir a satisfação pessoal para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida.

O planejamento financeiro pode fornecer aos interessados, por meio de algumas ações: a identificação da situação financeira, definição de metas e objetivos, a implementação de estratégias (FRANKENBERG, 2009), um conjunto de conhecimentos importantes e decisivos para o melhoramento do desempenho financeiro das pessoas e empresas. Essas ações facilitam a tomada de decisão dos usuários, como por exemplo: fazer ou não investimentos, adiar compromissos ou antecipar projetos, dentre outros.

As decisões financeiras tomadas pelos indivíduos comprometem diretamente o bem-estar financeiro e podem ocasionar sérios problemas na sua vida, prejudicando a relação com a família e a sociedade (ALVES, 2016). Nesse contexto o BCB (2013) afirma que a qualidade de vida do cidadão e de seus familiares pode ser melhorada com a prática de gestão de finanças pessoais.

Diversos são os fatores atribuídos as dificuldades financeiras: baixos salários, práticas consumistas, cobrança abusiva de juros. Entretanto, a falta de planejamento financeiro pessoal dificilmente é apontada como um desses fatores. (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2007). Já Claudino, Nunes e Silva (2009) afirmam que a falta de um planejamento financeiro pessoal é um fator determinante para o endividamento.

Para realizar um bom planejamento financeiro, podem ser utilizadas algumas técnicas, como: formulários, planilhas de orçamento ou com o aumento da tecnologia, o uso de aplicativos de gestão financeira, que disponibilizam a confrontação entre o total da renda com as despesas do período (SANTOS, 2014).

Ainda de acordo com o autor, algumas ações devem ser tomadas para evitar o desequilíbrio financeiro ou o saldo negativo do orçamento:

Quadro 1 - Síntese de ações para controlar as finanças pessoais

Anualmente	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um orçamento; • Incluir rendas e despesas certas que ocorrerão; • Definir uma margem para aplicação de poupança; • Definir uma margem para eventualidade.
Mensalmente	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se os gastos se enquadram dentro dos valores previstos; • Fazer uma análise das variações; • Fazer ajustes no orçamento, caso seja necessário.
Diariamente	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar todos os gastos para controle e somatório.

Fonte: Santos, (2014)

Em resumo, um planejamento financeiro bem feito possibilita saber, com antecedência, que caminhos estão sendo trilhados, prevendo situações e não se assustando com as dificuldades e obstáculos pelo caminho.

2.2 CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO

O crédito é definido como sendo uma fonte de recursos adicionais obtidos de terceiros (bancos, cooperativas de crédito, financeiras e outros) que possibilita a aquisição de bens ou contratação de algum serviço de forma antecipada (BCB, 2013).

Existem várias modalidades de oferta de crédito a pessoas físicas, segundo Santos (2014) são divididas em três categorias: financiamento de necessidades de curto prazo, financiamento de investimentos de longo prazo e modalidades de

crédito ao produtor rural e ao microcrédito. De acordo com a CNC (2018), as modalidades de crédito mais utilizadas são: cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, crédito pessoal, financiamentos de carros e imóveis.

Segundo Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) o crédito é um importante impulsionador da economia. Ainda segundo os autores, o crédito é capaz de estimular o consumo, assim como melhorar a qualidade de vida e proporcionar conforto. Entretanto, quando utilizado de forma errônea, com o aumento do consumo, as diversas opções de produtos e serviços e sem um planejamento adequado poderá resultar em um endividamento elevado e conseqüentemente em inadimplência (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2014; PARISE, 2017).

Por endividamento, pode-se compreender quando uma pessoa pega emprestado recursos financeiros para adquirir um bem (SOUZA, D., 2015). Na visão de Marques e Frade (2004), endividamento é o saldo devedor de um agregado, ou seja, a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo.

Ainda ligado ao aspecto do endividamento, pode-se destacar o sobreendividamento. Para Marques e Frade (2004), o indivíduo sobreendividado é aquele que está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas. Por fim, tem-se a inadimplência como sendo uma consequência negativa do endividamento, podendo ser definida como dívidas que estejam em atraso, ou seja, ultrapassando o dia do vencimento (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC – Nacional), em dezembro de 2018, aponta que o cartão de crédito é um dos produtos financeiros que mais causam endividamento entre as famílias brasileiras. Pode-se destacar ainda o empréstimo consignado em folha de pagamento dos servidores públicos, como sendo outro produto bastante utilizado (ALVES, 2016). Que tem como principais características: a disponibilidade de dinheiro em curto prazo de tempo, juros mais baixos, descontos em folha de pagamento de até 30% (trinta por cento) do salário bruto mensal, podendo ser dividido em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, no caso dos servidores públicos da Administração direta e indireta da Paraíba (PARAÍBA, 2011).

Nesse cenário, diante as inúmeras opções de crédito facilitado, os servidores públicos podem ser induzidos ao endividamento, quando utilizarem de

forma indiscriminada as diversas formas de crédito (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2014; GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015).

Entretanto, o uso do crédito por pessoas não pode ser considerado um mal, já que quando adquirido numa situação de vida financeira saudável, este permite melhorar a acessibilidade de determinados bens e serviços, o que favorece o aumento da autoestima e bem estar social das famílias envolvidas. Segundo Costa (2002, p. 258), pode-se relacionar o crédito com o endividamento:

Na economia de endividamento, tudo se articula com o crédito. O crescimento econômico é condicionado por ele. O endividamento dos lares funciona como “meio de financiar a atividade econômica”. Segundo a cultura do endividamento, viver a crédito é um bom hábito de vida e conforto do mundo contemporâneo, o crédito não é um favor, mas um direito fácil. Direito fácil, mas perigoso. O consumidor endividado é uma engrenagem essencial, mas frágil da economia fundada sobre o crédito.

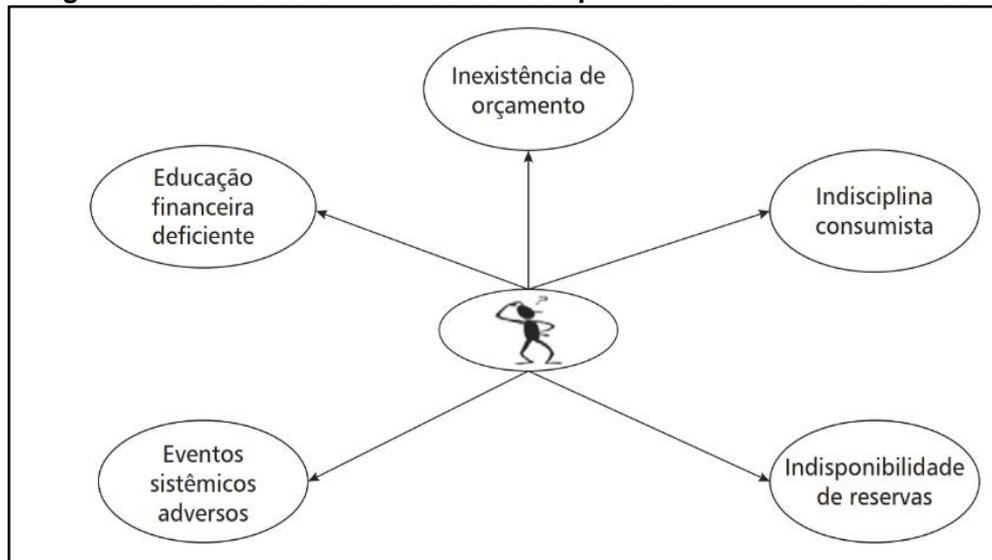
Desse modo, o endividamento pessoal não está relacionado a quanto se ganha, e sim a como o indivíduo irá gerenciar e gastar o que foi arrecadado. (CERBASI, 2012).

2.2.1 Fatores relacionados à inadimplência

O acúmulo de dívidas, a falta de controle do pagamento das contas, a inclusão do nome em cadastros de proteção ao crédito, são situações que levam certo tempo para acontecer. A inadimplência é o resultado de várias atitudes, padrões e comportamentos que se repetem ao longo de um tempo (SPC, 2018).

O ciclo vicioso de consumo e materialismo, imposto pelas várias mídias (rádio, televisão, *outdoors*, *sites* entre outros), impulsiona esse tipo de comportamento. Para Santos (2014) os principais fatores que são determinantes para o desequilíbrio financeiro das famílias são: eventos sistêmicos adversos, educação financeira deficiente, inexistência de orçamento, indisciplina consumista e indisponibilidade de reservas, conforme a figura 01.

Figura 1 – Fatores determinantes do desequilíbrio financeiro das famílias



Fonte: Santos (2014)

Seguindo essas mesmas variáveis mencionadas pelo autor, a pesquisa realizada pelo SPC, em setembro de 2018, evidencia que as possíveis causas de inadimplência podem ser agrupadas em diferentes esferas: comportamento financeiro, impulsividade nas compras e descontrole financeiro e influência do ambiente familiar.

Slomp (2008) a cerca deste assunto afirma que o alto índice de endividamento e inadimplência é considerado uma “doença de consumo”, advindo do aumento de crédito e do incentivo às compras. Entretanto deve-se analisar também a vulnerabilidade a emoções diversas, que quando negativas podem desencadear o consumo desordenado (SPC, 2018).

O SPC Brasil relata em sua pesquisa sobre os impactos nas emoções causadas pela inadimplência, que a ansiedade, com 31% (trinta e um por cento), e a insatisfação/ problemas no ambiente de trabalho, com 16% (dezesesseis por cento), são destaques em acontecimentos que podem contribuir para o desequilíbrio financeiro.

2.2.2 Endividamento dos Servidores Públicos

Atualmente já se podem encontrar na literatura, algumas evidências sobre o comportamento financeiro dos funcionários públicos brasileiros. Halles, Sokolowski,

Hilgemberg (2008), em seu estudo acerca de planejamento financeiro e qualidade de vida, demonstraram que os servidores possuem dificuldade em formar reservas, além da dificuldade no planejamento de suas finanças pessoais, utilizando assim altos índices de empréstimos.

Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015), em sua pesquisa realizada com os servidores da Universidade Federal de Viçosa, mostraram que a tendência ao uso de financiamentos pode levar ao endividamento, e reafirmam a importância de se possuir um bom planejamento financeiro, para se ter um bom uso e consequentemente não entrar em desequilíbrio financeiro. Questão também abordada por Flores, Vieira e Coronel (2014), que buscou investigar a propensão ao endividamento, à percepção e o comportamento dos servidores da Universidade de Santa Maria.

Flores, Vieira e Coronel (2014) ressaltam ainda que a facilidade de acesso ao crédito é o que diferencia os funcionários públicos dos trabalhadores de outras instituições. Visto que, para as instituições financeiras que ofertam o crédito o emprego público é sinônimo de garantia, logo menores riscos e por consequência juros mais baixos.

Na opinião de Souza D. (2015), o endividamento dos servidores públicos tem crescido com a ampliação de crédito e pela facilidade de obtê-lo, o que compromete diversos aspectos, como: sua renda, sua produtividade e seu bem estar. Afirma ainda que com a criação da Lei nº. 10.820, que autoriza o desconto em folha dos valores referentes a pagamento de empréstimos e estabelece o limite de até 30% da remuneração disponível para esse desconto, houve um crescente aumento do uso dessa modalidade de crédito junto aos servidores públicos da Universidade de Brasília.

Silva F. *et al.* (2014) afirmam que a falta de administração dos recursos financeiros pode acarretar graves problemas aos indivíduos, trazendo prejuízos em suas relações sociais, afetando assim o desempenho no trabalho e a sua saúde. Em seu estudo realizado com 112 policiais militares do Estado de Minas Gerais, constataram que mais da metade dos entrevistados não realizam o controle de suas despesas, bem como não é usual entre a classe o hábito de poupar. Ainda segundo os autores, os baixos salários e as situações de estresse que a profissão traz influenciam no desempenho profissional dos militares.

Diante deste contexto de facilidades de concessão de crédito sem a investigação do bem-estar financeiro, principalmente dos servidores públicos, aliado ao forte consumismo a partir das necessidades criadas pelas áreas de publicidade e *marketing*, gerou-se um processo de superendividamento, desencadeando, em muitos casos, a falência civil dos servidores.

2.3 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

A Segurança Pública no Estado da Paraíba iniciou-se com a criação de dois tipos de serviços: as Rondas Cívicas e a Guarda Municipal Provisória, ambos voltados à manutenção da ordem pública tendo em vista o contexto histórico que girava em torno de conflitos sociais presente durante o período do Brasil Império (SOUZA, A., 2017).

Ainda segundo Souza A. (2017), a Ronda Cívica foi criada em julho de 1831, por autorização do Conselho Provincial da Paraíba. A guarda era feita em cada quarteirão da cidade por civis voluntários residentes naquela localidade e seu comandante era escolhido pelo Juiz de paz. Posteriormente, a Guarda Municipal Provisória foi criada em setembro de 1831, e tinha o objetivo de auxiliar os serviços da justiça e manter a ordem pública. Era uma tropa paga, formada por voluntários e também dirigida pelo Juiz de paz.

De acordo com Lima (2013), com o aumento da instabilidade política no país e diversos movimentos revolucionários que surgiram no período, principalmente próximo à divisa da Província da Paraíba (Revolução Pernambucana - 1817 e a Confederação do Equador - 1824, ambos em Pernambuco) fizeram com que o Padre Galdino da Costa Vilar, que exercia o cargo de presidente, preocupado com a segurança da Província criasse em 3 de fevereiro de 1832 o Corpo de Guarda Municipal Permanente.

Quando foi criada a Polícia Militar da Paraíba (PMPB) atuava apenas na cidade de Parahyba (atual João Pessoa) e tinha um efetivo de 50 (cinquenta) homens, sendo 35 (trinta e cinco) a pé, compondo a Infantaria e 15 (quinze) à cavalo, respondendo pela Cavalaria. Sua estrutura funcional era composta pelas patentes de: “um capitão, um sargento, um furriel, três cabos, dois cornetes e quarenta e dois soldados” (LIMA, 2013, p. 42). Somente em 1835, o efetivo foi

ampliado para atender os destacamentos de Areia e Pombal e possuíam um efetivo de 10 homens em cada cidade.

Instituição permanente, a PMPB passou a ser chamada assim no ano de 1947, após ter tido diversas nomenclaturas (SOUZA, A., 2017). Conhecida por seus integrantes como a “Briosa”, faz parte da Secretária de Estado da Segurança e da Defesa Social do Estado (SEDS) e é caracterizada como força auxiliar e reserva do Exército, sendo considerado o órgão público mais antigo do Estado.

Com as novas exigências da sociedade, a Briosa buscou enquanto instituição a adaptação aos diversos cenários e mudanças sociais assim impostas, visando à construção de uma polícia voltada para a promoção da cidadania e dos direitos humanos. São exemplos dessas transformações o emprego das mulheres em atividades de policiamento e administrativas, assim como a instalação de Unidades de Polícia Solidária, que permitiu a aproximação com a população, dispendo-se a resolução de problemas e pacificação de conflitos nas mais diversas comunidades, que contam com 27 (vinte e sete) unidades espalhadas pelo Estado. (PMPB, 2018).

O ingresso de mulheres na Polícia Militar da Paraíba começou a partir da criação da Companhia de Polícia Feminina em 1985. O primeiro concurso foi destinado à formação de oficiais e possuía apenas três vagas. Em 1987, um novo concurso foi feito destinado ao Curso de Formação de Sargentos e também possuía três vagas. No decorrer da década de 90, novos concursos foram realizados destinados ao cargo de soldado e assim o contingente feminino foi aumentando na corporação (LIMA, 2013).

Atualmente, a organização estrutural e funcional da PMPB é feita de acordo com a Lei Complementar nº 87/2008, sendo dividida estruturalmente em órgãos de direção estratégica (comando e administração da Corporação), direção setorial (atendem as necessidades de pessoal e logística), de execução (destinados ao cumprimento de missões e objetivos institucionais) e órgãos vinculados.

A organização funcional da instituição é composta conforme o quadro 2. E segundo a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), seu efetivo ativo corresponde a 8.913 (oito mil novecentos e treze) militares, sendo 749 (setecentos e quarenta e nove) mulheres e 8164 (oito centos e oitenta e quatro) homens.

Quadro 2 - Estrutura funcional da PMPB

OFICIAIS	PRAÇAS	
Coronel	Aspirante	Praça especial
Tenente Coronel	Aluno oficial (cadete)	
Major	Subtenente	
Capitão	Sargentos	
Tenente	Cabo	
	Soldado	
	Aluno soldado	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Buscando o cumprimento das missões operacionais, os órgãos de execução são distribuídos por todo Estado e estão diretamente subordinados aos Comandos Regionais – CPRs, situados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Patos, os quais têm a intuito de “planejar, coordenar, controlar e supervisionar” (PARÁIBA, 2008, art. 20).

Nos dias de hoje, a PMPB dispõe de 15 (quinze) Batalhões de áreas distribuídos ao longo do território, 4 (quatro) Batalhões especializados: (BPAMB - ambiental, BPTTran – trânsito, BOPE – operações especiais e RPMont – regimento montado) e 8 (oito) Companhias Independentes, têm as mesmas funções de um Batalhão, todavia são responsáveis por uma área menor e possuem efetivo reduzido quando comparado aqueles (PMPB, 2018).

O ingresso na Briososa de acordo com Lima (2013) passou por diversas fases no transcorrer de sua história, podendo ser dividido em cinco: a) critérios políticos - 1832 a 1912 (nomeações feitas pelo Presidente da Província sem a observação de critérios de ordem legal), b) concursos internos – 1912 a 1935 (militares vindos do Exército, através de critérios fixados em lei), c) cursos internos – 1936 a 1965 (o Exército determinou que para serem promovidos os militares que ingressassem na instituição deveriam possuir cursos de aperfeiçoamento), d) concursos externos – 1965 a 1990 (civis e militares, portadores do 1º grau eram selecionados para ingressar) e fase do e) Centro de Educação (destinado a qualquer cidadão que preenchesse os critérios legais para ingresso, através das etapas do concurso público).

Recentemente foi criada a Lei nº 2049/2018, que institui o Sistema de Educação da Polícia Militar e a forma de ingresso na “Briososa” pode ocorrer de duas formas, ambas por intermédio de concurso público, divergindo apenas no cargo a ser ocupado:

- Curso de Tecnólogo em Segurança Pública (CTESP) – candidatos aprovados para o curso de soldados, o candidato entra com nível médio e sai do curso de formação com nível superior.
- Bacharelado em Segurança Pública (CBSP) – candidatos aprovados para o curso de formação de oficiais (CFO), destinados para aqueles candidatos que já possuem nível superior.

Com base nessa mesma lei, diversos outros cursos são oferecidos ao público interno da instituição, visando à promoção e o aperfeiçoamento de seus integrantes:

- I – Polícia Preventiva (CEPP) – destina-se a promover para a gradação de 3º sargento, os cabos e soldados [...];
- II – Gestão Hospitalar (CEGESHO) – destina-se ao ingresso no Quadro de Oficiais da Saúde (QOS) [...];
- III – Gestão Administrativa (CEGESA) – destina-se ao ingresso no Quadro de Oficiais da Administração (QOA) [...];
- IV – Habilitação de Regentes (CHR) - destina-se ao ingresso no Quadro de Oficiais Músicos (QOM) [...];
- V – Especialização em Segurança Pública (CESPE) – destina-se a habilitar a promoção para o posto de Capitão [...] (PARAÍBA, 2018, art. 6º).

Assim, com as novas exigências que a sociedade impõe a PMPB vem buscando o aprimoramento de seu efetivo, capacitando-os através de seus cursos internos, visando à construção de uma polícia voltada para a promoção de cidadania e dos direitos humanos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, enunciando-se a tipologia do estudo, a população e a amostra, as técnicas de coleta dos dados e as técnicas de análise dos dados.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Beuren (2013) enquadra a tipologia do delineamento de pesquisa em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos, e a pesquisa quanto à abordagem do problema .

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, este estudo se caracteriza como sendo descritivo-exploratório. Descritiva porque tem a finalidade de identificar o perfil financeiro de determinada amostra de policiais militares e estabelecer relações com algumas variáveis, dentre elas o planejamento financeiro pessoal e o endividamento. É exploratória, pois busca aprofundar a problemática do endividamento e o aprimoramento das questões de planejamento financeiro pessoal.

Quanto aos procedimentos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, além do levantamento ou *Survey*. Para Gil (2018, p.70) as pesquisas de levantamento “se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”, solicitando informações a um determinado grupo de pessoas acerca de um problema, mediante análise quantitativa, obtendo com isso conclusões aos dados que vierem a ser coletados.

Em relação à abordagem do problema, entende-se que essa pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Visto que, busca identificar a extensão de respostas e opiniões que existem no público estudado, procurando descobrir e classificar a relação entre variáveis sem exigência de análise mais profunda (BEUREN, 2013).

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

O universo selecionado para esta pesquisa é composto por policiais militares do Estado da Paraíba, segundo dados da Diretoria de Gestão Pessoal (DGP), corresponde a 8913 (oito mil novecentos e treze) militares ativos.

A amostra foi do tipo não probabilística, escolhida por meio do critério de acessibilidade, foi composta por 526 (quinhentos e vinte e seis) respondentes, todavia 08 (oito) foram descartados por terem sido respondidos por Bombeiros Militares e Policiais Civis, que não fazem parte público-alvo desta pesquisa, totalizando assim uma amostra de 518 (quinhentos e dezoito) militares ativos respondentes, o que representa 5,8% do efetivo total ativo da PMPB.

3.3 COLETA DE DADOS

Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: a observação participante, devido à pesquisadora trabalhar na organização-alvo, observando as ações dos participantes com relação ao assunto abordado e procurando compreender o sentido que os atores atribuem ao fato. Bem como, foi elaborado um questionário, com o objetivo de conhecer as opiniões, interesses e expectativas das situações vivenciadas (BEUREN, 2013).

O questionário foi inspirado no trabalho de Matta (2007) e Alves (2016), adaptado para a realidade da instituição foco da pesquisa, e contém 35 (trinta e cinco) questões no total, sendo dividido em quatro seções (APÊNDICE A). Nessas seções serão analisadas informações concernentes ao perfil sociodemográfico (1ª seção), conhecimento sobre educação financeira (2ª seção), hábito do planejamento financeiro pessoal (3ª seção) e motivos que levam ao endividamento (4ª seção), conforme descrição do quadro 3.

Quadro 3 - Síntese do instrumento de coleta de dados (continua)

Tema	Componentes	Referências
1ª seção Perfil sociodemográfico	Q. 1 à Q. 10	Elaborado pelo autor
2ª seção Educação financeira	Q. 11.1 e Q. 11.2	Alves (2016)
	Q. 11.3 à 11.5	Elaborado pelo autor

(conclusão)

Tema	Componentes	Referências
3ª seção Planejamento financeiro pessoal	Q. 12.1 à 12.10	Matta (2007)
	Q. 12.11	Alves (2016)
4ª seção Endividamento	Q. 13.1, Q.13.2 e Q. 13.9	Elaborado pelo autor
	Q. 13.3 à Q. 13.6	Matta (2007)
	Q. 13.7	Alves (2016)
	Q. 13.8	SPC (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Antes do envio do questionário um pré-teste com 5 (cinco) respondentes, foi aplicado a fim de confirmar a clareza e o entendimento das questões. Como *feedback*, as questões 11.3 e 13.5 tiveram suas alternativas de respostas ajustadas.

O instrumento de pesquisa foi confeccionado na plataforma do *GoogleForms* e enviado via internet, por meio dos grupos corporativos, em redes sociais, que cada unidade institucional possui. E sua aplicação ocorreu entre os meses de dezembro/18 e fevereiro/19.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Inicialmente, utilizaram-se técnicas de estatística descritiva a fim de apresentar, resumidamente, características da amostra por meio de tabelas. Posteriormente, realizou-se o cruzamento de algumas variáveis, buscando estabelecer qual a relação entre elas para assim responder todos os objetivos propostos. Para a tabulação e análise dos dados foi utilizada a planilha eletrônica do software da *Microsoft Office Excel 2013* aplicando a função de tabela dinâmica para os cruzamentos das variáveis, assim como um software para tratamento de dados.

Para uma melhor compreensão dos dados, as variáveis “Unidade de Trabalho” e “Posto ou graduação”, foram agrupadas e transformadas em “área de trabalho” (PARAÍBA, 2008) e “ciclo hierárquico” (PARAÍBA, 1977), respectivamente, conforme Apêndice B.

Para detectar o nível de endividamento dos policiais militares foram utilizados os critérios desenvolvidos por Brusky e Magalhães (2006), que fizeram uma pesquisa sobre o Endividamento OIT-ABC Metalúrgica.

Para esta análise foi elaborada, na 4ª seção do questionário, assertivas sobre o endividamento do entrevistado, tais como se o inquirido possuía dívidas de

longo prazo, o valor médio mensal dessas dívidas e se os gastos mensais excedem ou não o valor da renda mensal.

Para este estudo as dívidas correspondem à soma das variáveis de empréstimos e financiamentos, sendo o maior valor de seus intervalos o considerado. Assim como o valor da renda considerado é o seu maior valor dentre os intervalos apresentados.

Com base nas respostas dessas questões foi possível analisar o endividamento dos servidores, classificando tal endividamento por meio do seguinte quadro 4 de indicadores.

Quadro 4 - Indicadores de endividamento

Categoria	Condições	
	Relação dívidas/ renda	Gastos mensais excedem a renda
Sem dívidas	Sem dívidas	Não
Pouco endividado	Sem dívidas	Sim
	> 0% a \leq 25%	Sim ou não
	>25% a \leq 50%	Não
Endividamento	> 25% a \leq 50%	Sim
	> 50% a \leq 75%	Não
Sobreendividamento	> 50%	Sim
	> 75%	Sim ou não

Fonte: Brusky e Magalhães (2006)

Dessa forma, será considerado sem dívidas aqueles que não tiverem dívidas e seus gastos mensais não ultrapassarem sua renda. Por outro lado, o endividamento aumenta à medida que a renda não consegue mais cobrir seus gastos e o indivíduo não consegue mais controlar suas dívidas. Podendo chegar ao nível mais crítico que é o sobreendividamento.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados do trabalho por meio dos resultados demográficos dos participantes e análise estatística dos dados de liderança para responder aos objetivos propostos.

A análise e interpretação dos dados são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas, como afirma Marconi e Lakatos (2018, p. 35), que análise é a explicação, ou seja, “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Ainda segundo as autoras interpretação “é a atividade intelectual que procura dar significado mais amplo as respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 35).

4.1 PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO

As questões da 1^o seção tiveram como finalidade identificar o perfil sociodemográfico dos policiais militares do estado da Paraíba, buscando levantar: o gênero, a faixa etária, o estado civil, o nível de escolaridade, assim como a renda familiar, conforme a tabela 1.

Tabela 1–Perfil sociodemográfico (continua)

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
GÊNERO	F	%
Feminino	106	20,46%
Masculino	412	79,54%
FAIXA ETÁRIA		
De 18 a 25 anos	51	9,85%
De 26 a 35 anos	236	45,56%
De 36 a 45 anos	147	28,38%
De 46 a 55 anos	79	15,25%
Mais de 55 anos	5	0,97%
ESTADO CIVIL		
Solteiro	104	20,08%
Casado	320	61,78%

União Estável	70	13,51%
Divorciado	24	4,63%

(conclusão)		
VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
Ensino Médio Completo	112	21,62%
Ensino Superior Completo	190	36,68%
Ensino Superior Incompleto	142	27,41%
Pós Graduação (especialização, mestrado, doutorado)	74	14,29%
RENDA FAMILIAR		
Até R\$ 3.816,00 (1-4 SM)	111	21,43%
De R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00 (4-6 SM)	206	39,77%
De R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00 (6-8 SM)	86	16,60%
De R\$ 7.632,00 a R\$ 10.494,00 (8-11 SM)	60	11,58%
Acima de R\$ 10.494,00 (> 11 SM)	55	10,62%
TOTAL	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto ao gênero percebe-se que boa parte dos respondentes é do sexo masculino, 79,54% (412 militares). Tal situação ocorre, principalmente, em virtude da pouca disponibilidade de vagas para mulheres nas forças militares, sendo muitas vezes correspondente a apenas 10% das vagas disponibilizadas (LIMA, 2013). Informação esta que também pode ser confirmada pelo total de mulheres na ativa, que segundo a DGP corresponde a 713 (setecentos e treze) militares, do total de 8913 (oito mil novecentos e treze) militares ativos.

Em relação à idade, há uma concentração maior na faixa etária, “de 26 a 35 anos” com 45,56% (236 militares), trata-se, portanto de um público mais amadurecido, o que pode indicar mais prudência nas decisões financeiras. Quanto ao estado civil, os maiores índices são de pessoas casadas e com união estável, que juntos totalizam 75,29% (390 militares) do total dos entrevistados.

No que diz respeito à escolaridade, a maioria tem nível avançado, uma vez que representam maior proporção os servidores que possuem ensino superior

completo (36,68% - 190 militares), e pós graduação (14,29% - 74 militares), conforme tabela 1.

Dentro do perfil dos entrevistados buscou-se ainda traçar um perfil institucional, com as seguintes características: tempo de serviço na instituição, ciclo hierárquico predominante e qual área de trabalho atuam os militares.

Tabela 2 – Perfil institucional

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
TEMPO DE SERVIÇO		
Até 5 anos	132	25,48%
De 5 a 10 anos	130	25,10%
De 10 a 15 anos	81	15,64%
De 15 a 20 anos	83	16,02%
Acima de 20 anos	92	17,76%
CÍRCULO HIERÁRQUICO		
Oficiais	96	19%
Praças	422	81%
ÁREA DE TRABALHO		
CPRM ¹	410	79%
CPR1 ²	71	14%
CPR2 ³	37	7%
TOTAL	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As características predominantes na tabela 2 foram: quanto ao tempo de serviço, a maior proporção encontrada é de militares que possuem até 10 anos de efetivo serviço na instituição (50,58% - 262 militares), a maior quantidade de respondentes pertence ao ciclo hierárquico das praças (81% - 422 militares), e trabalham na área do CPRM (79% - 410 militares), que abrange toda a região metropolitana do estado da Paraíba.

4.2 CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

As questões da 2ª seção procuraram analisar o conhecimento que os entrevistados possuem acerca da educação financeira, no que diz respeito ao conhecimento sobre juros e se necessitam ou possuem informações acerca do assunto.

A tabela 3 permitiu avaliar o perfil dos respondentes fazendo o cruzamento de duas variáveis: quanto ao conhecimento sobre juros e outros encargos e o nível de escolaridade.

¹ Comando de Policiamento da Região Metropolitana

² Comando de Policiamento da 1ª Região – Campina Grande

³ Comando de Policiamento da 2ª Região - Patos

Tabela 3 - Conhecimento sobre juros e encargos x nível de escolaridade

VARIÁVEIS	Conhecimento sobre taxa de juros				Conhecimento sobre demais encargos				TOTAL	
	SIM		NÃO		SIM		NÃO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Ensino Médio Completo	66	12,74%	46	8,88%	35	6,76%	77	14,86%	112	21,62%
Ensino Superior Completo	158	30,50%	32	6,18%	82	15,83%	108	20,85%	190	36,68%
Ensino Superior Incompleto	108	20,85%	34	6,56%	46	8,88%	96	18,53%	142	27,41%
Pós Graduação	59	11,39%	15	2,90%	39	7,53%	35	6,76%	74	14,29%
TOTAL GERAL	391	75,48%	127	24,52%	202	39,00%	316	61,00%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Pode-se inferir que 75,48% (391 militares) têm conhecimento sobre as taxas de juros, e desses a maior proporção possuem grau de escolaridade alto. Contudo, quando perguntado acerca do conhecimento sobre os demais encargos, apenas 39% afirmam possuírem tal conhecimento, inclusive aqueles que possuem um nível de escolaridade maior, afirmam não ter tal conhecimento. Tais fatos corroboram com a pesquisa de Alves (2016), onde a 69% dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) afirmam ter conhecimento acerca dos juros, entretanto 59% desconhecem os outros encargos.

Os participantes foram questionados também com relação ao seu conhecimento sobre educação financeira, se tiveram orientação acerca desse tema em algum momento de sua vida, se necessitam de auxílio e ainda se procuram informações acerca do tema (TABELA 4).

Tabela 4 – Educação Financeira x Tipo de informação**(continua)**

VARIÁVEIS	EDUCAÇÃO FINANCEIRA				TOTAL	
	SIM		NÃO			
TIPO DE INFORMAÇÃO	F	%	F	%	F	%
De alguém da família	54	10,42%	0	0,00%	54	10,42%
Assistiu programa de TV	87	16,80%	0	0,00%	87	16,80%
Pesquisou na internet	114	22,01%	0	0,00%	114	22,01%
Fez algum curso	37	7,14%	0	0,00%	37	7,14%
Outros - Forças Armadas	50	9,65%	0	0,00%	50	9,65%
Outros - Palestras	16	3,09%	0	0,00%	16	3,09%

(conclusão)

VARIÁVEIS	EDUCAÇÃO FINANCEIRA				TOTAL		
	SIM		NÃO				
TIPO DE INFORMAÇÃO	F	%	F	%	F	%	
Outros - Livros/ Revistas	10	1,93%	0	0,00%	10	1,93%	
Outros - Amigos	9	1,74%	0	0,00%	9	1,74%	
Outros - Escola/ Universidade	7	1,35%	0	0,00%	7	1,35%	
Não teve informação	NÃO	0	0	134	25,87%	134	25,87%
TOTAL GERAL	384	74,13%	134	25,87%	518	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No que diz respeito a ter tido ou não orientação sobre educação financeira verificou-se que 74,13% (384 militares) informaram que já tiveram esse tipo de informação. E quando perguntados qual o meio que receberam tal informação, os resultados mais expressivos foram: 22,01% (114 militares) responderam que pesquisaram na internet, 16,80% (87 militares) assistiram em algum programa de TV e 10,42% (54 militares) receberam a informação de alguém da família (TABELA 4).

Gadelha, Lucena e Correia (2014), em sua pesquisa com estudantes da Universidade Federal da Paraíba, constataram que a maior concentração de procura de conhecimento sobre educação financeira é por meio de familiares, o que segundo eles é determinado pela influência dos pais. Em sua pesquisa também há alta concentração dos estudantes que informaram que a origem do conhecimento vem da internet e TV, o que pode ser ocasionado pelo uso cada vez mais constantes das tecnologias na vida social de cada indivíduo.

Outro fato a ser analisado na tabela 4, é que nenhum dos respondentes informou que o meio de informação acerca da educação financeira foi adquirido na PMPB, nos levando a deduzir que tal conhecimento não faz parte da formação do militar. Em contra partida, pode-se observar que as forças armadas proporcionam esse tipo de conhecimento a seus membros por meio de palestras, curso, bem como possuem um caderno de instrução e uma apostila de educação financeira, conforme afirma Parise (2017) em seu estudo que buscou avaliar o nível de educação financeira dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN.

4.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

A seção 3 buscou mensurar o hábito dos participantes em fazerem o planejamento financeiro pessoal, para tal, foi utilizada a medida proposta por Matta (2007), que avalia o comportamento mantido pelos estudantes universitários na gestão financeira, consumo planejado, investimento e poupança e utilização do crédito pessoal, que será analisado mais adiante.

Foram atribuídos valores numéricos as respostas que possuíam uma escala de um a cinco pontos, ou seja, em uma escala ascendente, onde 1 equivale a comportamentos financeiros ruins e 5 corresponde a ótimos comportamentos financeiros. E para descrever o comportamento dos servidores, utilizou-se a média e o desvio-padrão, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Planejamento financeiro pessoal

FATOR	QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
GESTÃO FINANCEIRA	12.1. Tenho um sistema de controle de gastos pessoais (ex.: planilha de receita e despesas).	3,14	1,20
	12.2. Sigo um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal	2,63	1,21
	12.3. Anoto minhas despesas durante o mês	2,55	1,05
	12.4. Pago minhas contas “SEM atraso”	4,10	1,12
FATOR GESTÃO FINANCEIRA		3,10	1,14
INVESTIMENTO E POUPANÇA	12.5. Poupo mensalmente	2,65	1,20
	12.6. Economizo visando à compra de um produto mais caro (ex.: carro, imóvel)	2,60	1,15
FATOR INVESTIMENTO E POUPANÇA		2,97	1,15
CONSUMO PLANEJADO	12.7. Analiso minhas finanças antes de fazer alguma grande compra	2,77	1,30
	12.8. Comparo preços ao fazer uma compra	4,12	1,00
	12.9. Compro por impulso	2,33	1,00
	12.10. Prefiro juntar dinheiro e comprar um produto à vista do que comprá-lo financiado	2,86	1,27
FATOR CONSUMO PLANEJADO		3,02	1,14

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Analisando os fatos da tabela 5, pode-se inferir que o fator gestão financeira apresenta uma média de 3,10 indicando que os militares apresentam certo cuidado com o controle e o cumprimento das suas obrigações financeiras, pagando suas contas em dia. Além disso, preocupam-se em comparar preços e não costumam

comprar por impulso, fazendo com que a média do fator consumo planejado fique em 3,02.

Contudo, analisando itens específicos de cada fator percebe-se que muitos possuem um sistema de controle de gastos (média 3,14), porém não seguem um orçamento mensal (média 2,63) e esquecem-se de anotar as despesas em suas planilhas no decorrer do mês (media 2,55). O que claramente interfere em fatores como analisar as finanças antes de fazer um desembolso (media 2,77).

Pereira (2011) afirma que só existe planejamento financeiro se houver a realização previa de um orçamento, pois desta forma pode-se planejar, executar e controlar seus gastos. Claudino, Nunes e Silva (2009) afirmam ainda que sem o controle efetivo dos seus gastos durante o mês, não há como se fazer um planejamento financeiro e com a ausência deste o indivíduo pode-se encaminhar para um grau alto de endividamento.

Depreende-se ainda, o fato dos servidores não se preocuparem em constituir reservas, seja mensalmente (média 2,65) ou para a aquisição de um bem de valor maior (média 2,60). Tal fato pode ser explicado pela estabilidade que o cargo público possui, ou ainda, pela falta de planejamento financeiro que impede o controle dos gastos e conseqüentemente a constituição de reservas por não haver sobra financeira. Dado confirmado pelo estudo de Silva F. *et al.* (2014) com policiais militares de Minas Gerais, onde 33,3% afirmaram não constituir reservas, pois a renda não é suficiente.

O hábito de não fazerem reservas é presente em muitos estudos com servidores públicos visto a estabilidade que o cargo proporciona, do dinheiro certo e garantido em todos os meses (ALVES, 2016). Apesar disso, ainda segundo o autor o hábito de poupar é de suma importância, visto que pode evitar gastos desnecessários, assim como proporcionar maior tranquilidade ao indivíduo em casos de imprevistos.

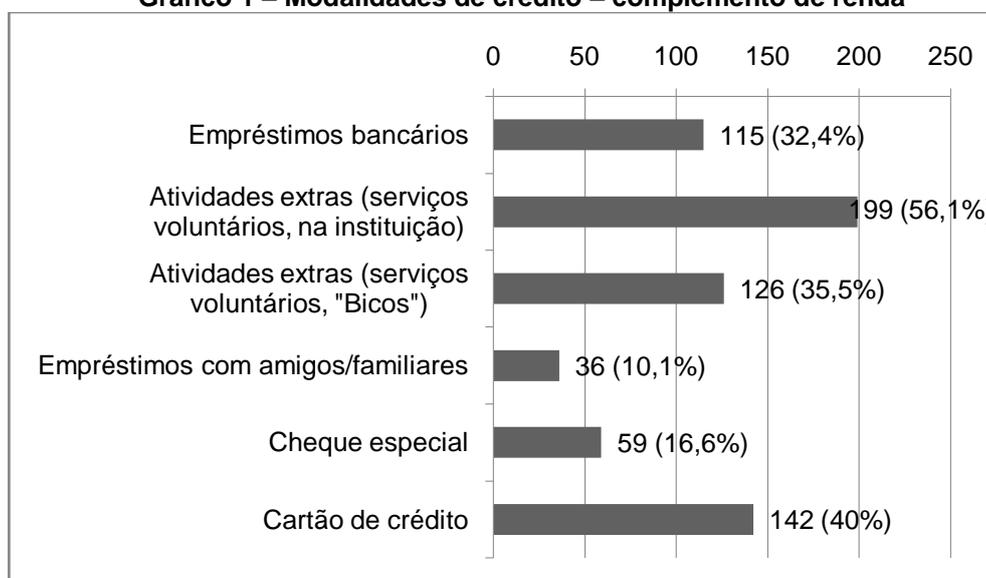
Tabela 6 - Comportamento dos gastos x Renda pessoal

VARIÁVEIS	GASTO MAIS DO QUE GANHO		GASTO IGUAL AO QUE GANHO		GASTO MENOS DO QUE GANHO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
1-4 SM	55	10,62%	106	20,46%	104	20,08%	265	51,16%
4-6 SM	36	6,95%	45	8,69%	73	14,09%	154	29,73%
6-8 SM	3	0,58%	14	2,70%	29	5,60%	46	8,88%
8-11 SM	6	1,16%	8	1,54%	24	4,63%	38	7,34%
>11 SM	1	0,19%	5	0,97%	9	1,74%	15	2,90%
TOTAL GERAL	101	19,50%	178	34,36%	239	46,14%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A tabela 6 permitiu avaliar o perfil dos militares fazendo o cruzamento de duas variáveis: quanto à renda pessoal e o comportamento dos gastos dos questionados. A partir destes resultados pode-se analisar que 46,14% (239 militares) afirmam gastar menos do que ganham, 34,36% (178 militares) afirmam gastar tudo o que ganham e 19,50% (101 militares) informaram gastar mais do que ganham. O fato de a maior proporção informar que gasta menos do que ganha ou gasta igual ao que ganha, pode ocorrer em virtude dos militares terem informado que utilizam outras formas de crédito, associadas, para complementar sua renda, e como consequência gastar menos ou igual ao que ganham, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Modalidades de crédito – complemento de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A partir do gráfico 1, podemos analisar que os militares utilizam-se de diversas formas para complementar sua renda. Dentre elas modalidades de crédito já conhecidas, como cartão de crédito (40% - 142 militares), empréstimos bancários (32,4% - 115 militares), cheque especial (16,6% - 59 militares). Todavia, o que mais chama atenção nestes dados é o fato de muitos dos entrevistados recorrerem às atividades extras, nos seus dias de folga, sejam elas dentro da instituição (56,1% - 199 militares), ou fora (35,5% - 126 militares), buscando uma renda extra para complementar seu salário.

A tabela 7 buscou avaliar o conhecimento dos militares para administrar seu próprio dinheiro, com relação a sua idade.

Tabela 7 - Conhecimento para administrar seu dinheiro x idade

VARIÁVEIS	Insuficiente		Baixo		Regular		Bom		Elevado		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
De 18 a 25 anos	1	0,19%	12	2,32%	28	5,41%	7	1,35%	3	0,58%	51	9,85%
De 26 a 35 anos	12	2,32%	54	10,42%	106	20,46%	59	11,39%	5	0,97%	236	45,56%
De 36 a 45 anos	13	2,51%	35	6,76%	67	12,93%	27	5,21%	5	0,97%	147	28,38%
De 46 a 55 anos	12	2,32%	15	2,90%	25	4,83%	26	5,02%	1	0,19%	79	15,25%
Mais de 55 anos	2	0,39%	2	0,39%	0	0,00%	1	0,19%	0	0,00%	5	0,97%
Total geral	40	7,72%	118	22,78%	226	43,63%	120	23,17%	14	2,70%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme demonstrado na tabela 7, 43,63% (226 militares) consideram seu conhecimento para administrar seu próprio dinheiro regular, visto que conhecem algumas coisas, mas gostariam de saber mais sobre o assunto.

Destes, duas faixas etárias apresentam maior proporção dos respondentes à “de 26 a 35 anos” e a “de 36 a 45”, que juntas representam 33,39% (173 militares), trata-se de um público com maior vivência o que pode indicar maior prudência nas decisões financeiras, conseqüentemente são aqueles que se consideram mais preparados para gerir seu próprio dinheiro, visto que aprendem a lidar com isso no seu dia-a-dia, bem como estão mais preocupados em adquirir informações para melhor gerir seu dinheiro.

Potrich *et al.* (2016) diz que, os jovens de 18 a 25 anos são mais propensos ao endividamento, pois em virtude da sua idade são mais imaturos e estão mais

vulneráveis a comportamentos inadequados no uso do dinheiro e conseqüentemente ao endividamento. Atkinson e Messy (2011) afirmam ainda que pessoas de idade média (de 25 a 45anos) estão associadas a níveis mais elevados de alfabetização financeira, logo são menos propensos ao endividamento por tomarem melhores decisões, enquanto os chefes de família acima dos 45 anos são mais propensos a terem menor índice de alfabetização financeira, logo possuem um menor conhecimento do assunto, se tornando mais vulneráveis a comportamentos inadequados.

4.4 ENDIVIDAMENTO PESSOAL

A seção 4 buscou analisar os aspectos relacionados ao endividamento, identificando os motivos que levam os militares a se endividar, qual seu comportamento na utilização do crédito e o nível de endividamento dos policiais militares.

Tabela 8 – Utilização do crédito

FATOR	QUESTÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO	13.1. Utilizo cartões de crédito e/ou cheque especial por não possuir dinheiro disponível para as despesas	3,28	1,24
	13.2. Verifico a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas	3,70	1,32
	13.3. Costumo recorrer a empréstimos para resolver uma situação emergencial (ex.: acidente, doença).	2,27	1,22
	13.4. Tenho meu nome nos registros de órgãos de proteção ao crédito (Ex.: SPC, SERASA).	1,86	1,29
	FATOR UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO	2,64	1,27

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A tabela 8 analisa o comportamento dos entrevistados quanto à utilização de crédito. Com base nos resultados pode-se inferir que os militares preocupam-se com a utilização adequada do cartão de crédito, conferindo e pagando regularmente a fatura de modo a evitar possíveis problemas financeiros. Além disso, quando perguntado se possuem o nome nos registros de órgãos de proteção ao crédito a média apresentada foi 1,86, em valores numéricos temos que 61,39% (318 militares) nunca tiveram seu nome negativado no mercado, o que nos remete a um bom comportamento financeiro.

Contudo, com o alto índice de endividados que este estudo constatou, pode-se induzir que os militares respondentes pudessem estar com receio de informar sua real situação financeira junto aos registros de órgãos de proteção ao crédito, visto que o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba (RDPM) prevê em seu artigo 31, penalidade se o militar contrair dívidas superiores as suas possibilidades, e que comprometa o bom nome da classe.

Um dado que merece cuidado e que está diretamente ligado a falta de um planejamento financeiro pessoal é a utilização do cartão de crédito e/ou cheque especial para pagamento das despesas, por não possuírem dinheiro suficiente para suprir suas necessidades, onde 3,28 afirmam fazerem uso de tal modalidade (54,96%- 280 militares). Pois, a falta do controle das despesas mensais dificulta o gerenciamento das finanças e, conseqüentemente, o desequilíbrio financeiro surge.

Tabela 9 – Dívidas x Motivo

VARIÁVEIS	EMPRESTIMOS				FINANCIAMENTOS				TOTAL	
	SIM		NÃO		SIM		NÃO			
MOTIVO	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Redução da renda familiar	35	6,76%	3	0,58%	33	6,37%	5	0,97%	38	7,34%
Investimentos	64	12,36%	24	4,63%	75	14,48%	13	2,51%	88	16,99%
Educação	37	7,14%	5	0,97%	34	6,56%	8	1,54%	42	8,11%
Acidente ou morte de pessoa da família	7	1,35%	1	0,19%	7	1,35%	1	0,19%	8	1,54%
Viagem	12	2,32%	1	0,19%	9	1,74%	4	0,77%	13	2,51%
Má gestão da renda familiar	76	14,67%	2	0,39%	68	13,13%	10	1,93%	78	15,06%
Outro - Cartão de crédito	62	11,97%	7	1,35%	54	10,42%	15	2,90%	69	13,32%
Outro - Despesas Gerais	33	6,37%	5	0,97%	31	5,98%	7	1,35%	38	7,34%
Outro - Separação	1	0,19%	0	0,00%	1	0,19%	0	0,00%	1	0,19%
Outro - Compra compulsiva	21	4,05%	2	0,39%	17	3,28%	6	1,16%	23	4,44%
Outro - Tratamento de saúde	25	4,83%	5	0,97%	27	5,21%	3	0,58%	30	5,79%
Outro - Salários defasados	6	1,16%	0	0,00%	5	0,97%	1	0,19%	6	1,16%
Outro - Processo	2	0,39%	2	0,39%	4	0,77%	0	0,00%	4	0,77%
Não possuem dívidas	0	0	80	15,44%	1	0,19%	79	15,25%	80	15,44%
TOTAL GERAL	381	73,55%	137	26,45%	366	70,66%	152	29,34%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao fazer o cruzamento entre dívidas e os motivos que levaram os entrevistados a contraírem essas dívidas. Depreende-se que dos 518 participantes, 381 informaram ter empréstimos, o que corresponde a 73,55% do total (TABELA 9). Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) constataram que 58,08% dos servidores do seu estudo utilizam empréstimos para a aquisição de bens mais caros ou em casos de imprevistos por não possuírem reservas. Fato que é comprovado na mesma pesquisa tendo vista que esses servidores não têm o hábito de poupar seus recursos para utilizarem em momentos emergenciais. Assim como, os militares da PMPB que informaram não possuir tal costume, de fazer reservas e preferem comprar produtos financiados a comprá-los a vista.

Daqueles que informaram possuir empréstimos, 70,66% (366 militares) também fazem uso de financiamentos e apenas 15,44% do total (80 militares) não fazem uso de dívidas de longo prazo como empréstimos e financiamentos.

Segundo Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015, p.36), esse resultado também possui um lado positivo, pois “as pessoas podem se beneficiar com bens, como carros, casa, e outros itens que lhes proporcionam melhor qualidade de vida, sem ter acumulado recursos para isso”.

Com relação aos motivos que levaram esses servidores a contrair dívidas pode-se destacar os investimentos com 16,99% (88 militares), como a aquisição de carros ou imóvel, a má gestão da renda familiar com 15,06% (78 militares) e os gastos com cartão de crédito com 13,32% (69 militares). Este dado corrobora com os resultados da pesquisa de endividamento da CNC (2018), ou seja, que os principais motivos que levam ao endividamento ocorrem devido ao uso do cartão de crédito, financiamento de carro e/ou imóvel.

Tabela 10 – Dívidas x renda

VARIÁVEIS	EMPRÉSTIMOS				FINANCIAMENTOS				TOTAL	
	SIM		NÃO		SIM		NÃO			
RENDA	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
1-4 SM	193	37,26%	72	13,90%	170	32,82%	95	18,34%	265	51,16%
4-6 SM	112	21,62%	42	8,11%	117	22,59%	37	7,14%	154	29,73%
6-8 SM	39	7,53%	7	1,35%	39	7,53%	7	1,35%	46	8,88%
8-11 SM	26	5,02%	12	2,32%	28	5,41%	10	1,93%	38	7,34%
>11 SM	11	2,12%	4	0,77%	12	2,32%	3	0,58%	15	2,90%
TOTAL GERAL	381	73,55%	137	26,45%	366	70,66%	152	29,34%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A tabela 10 verifica a relação existente entre o nível de renda e a propensão ao endividamento, percebe-se que aqueles que possuem rendas menores de 1 a 4 salários mínimos apresentam maior uso de dívidas de longo prazo com 51,16% (265 militares). Nos demais resultados, percebeu-se uma diminuição do uso de empréstimos e financiamentos à medida que a faixa de renda pessoal vai aumentando, chegando-se a conclusão de que a medida que a renda aumenta o acúmulo de dívidas diminui.

Tais resultados confirmam os estudos apresentados por Flores, Viera e Coronel (2014, p. 149), que dizem que “os indivíduos com rendas menores tendem a endividar-se mais, devido às restrições orçamentárias”. Pothic *et al.* (2016, p.91) fala ainda que “quanto menor o nível de renda mais vulneráveis a dívida as pessoas ficam”. Fato que pode ser justificado pela facilidade de acesso ao crédito proporcionado pelas instituições financeiras aos servidores públicos (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2014; GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015).

Com base no que foi proposto por Brusky e Magalhães (2006), e de acordo com as respostas foi possível classificar e identificar o nível de endividamento dos policiais militares da Paraíba, conforme o quadro 4 proposto na metodologia.

Para entender a relação entre o nível de endividamento e os círculos hierárquicos que a PMPB possui, foi elaborada a tabela 11.

Tabela 11 – Nível de endividamento x Círculo hierárquico

VARIÁVEIS CÍRCULO HIERARQUICO	SEM DÍVIDA		POUCO ENDIVIDADO		ENDIVIDADO		SOBRE ENDIVIDADO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PRAÇA	69	13,32%	117	22,59%	204	39,38%	32	6,18%	422	81,47%
OFICIAL	12	2,32%	59	11,39%	25	4,83%	0	0,00%	96	18,53%
TOTAL GERAL	81	15,64%	176	33,98%	229	44,21%	32	6,18%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao analisar a relação entre dívidas, renda e gastos, constatou-se que 44,21% (229 militares) estão endividados, o que é preocupante visto que este nível de endividamento pode impossibilitar o pagamento das dívidas e levar a uma insolvência patrimonial do indivíduo além da perda do bem-estar. Nesse cenário é relevante que haja uma atenção ao resultado, pois a má administração das dívidas

pode acarretar redução da liberdade financeira, perda da qualidade de vida, de relações sociais e diminuição do consumo (BRUSKY E MAGALHÃES, 2006).

Ainda segundo os autores, a categoria endividado está destinada aqueles que possuem o comprometimento da renda superior a 25% e inferior a 75%, podendo ou não exceder os gastos mensais (BRUSKY E MAGALHÃES, 2006). Contudo, o Decreto nº 32.554/11, estabelece que o limite de desconto no salário do servidor público estadual é de 30%.

Desta forma, deduz-se que os militares enquadrados nesta categoria acabam contraindo outras dívidas em virtude da disponibilidade de crédito, fazendo com que o percentual da dívida mensal ultrapasse esse limite. Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015), afirmam que essa situação ocorre tendo em vista bancos e financeiras não possuem um banco de dados centralizados, e acabam oferecendo produtos e serviços que contribuem para o endividamento da população brasileira.

Ainda segundo os autores, o volume de dívidas e conseqüentemente o nível de endividamento depende da ocupação que os entrevistados ocupam. Esse resultado demonstra que as praças (39,38% - 204 militares) se endividam mais, o que pode ser influência de diversos fatores, como aspectos culturais, fatores sociais, níveis de consumo e renda, do que os oficiais (4,83% - 25 militares), que possuem renda maior (GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015).

Resultado que pode ser mais bem notado quando observado o nível mais crítico de endividamento, o sobreendividamento, que segundo Marques e Frade (2004) ocorre quando a pessoa está impossibilitada, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas. Nesse caso, apenas as praças (32 militares) estão alocadas nesta categoria de endividamento crítico.

Buscando avaliar se a situação financeira em que os militares se encontram, interfere no seu desempenho profissional a tabela 12, cruzou os dados de como o profissional se sente com os níveis de endividamento encontrado.

Tabela 12 – Nível de endividamento x desempenho profissional

VARIÁVEIS	SEM DÍVIDA		POUCO ENDIVIDADO		ENDIVIDADO		SOBRE ENDIVIDADO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Ansioso	9	1,74%	31	5,98%	39	7,53%	3	0,58%	82	15,83%
Autoestima baixa	3	0,58%	10	1,93%	17	3,28%	0	0,00%	30	5,79%
Culpado	7	1,35%	11	2,12%	29	5,60%	5	0,97%	52	10,04%
Deprimido, triste e desanimado	5	0,97%	22	4,25%	25	4,83%	6	1,16%	58	11,20%
Estressado	16	3,09%	51	9,85%	55	10,62%	9	1,74%	131	25,29%
Falta de estímulo e concentração	9	1,74%	9	1,74%	17	3,28%	5	0,97%	40	7,72%
Outros - Motivado a melhorar	1	0,19%	4	0,77%	0	0,00%	0	0,00%	5	0,97%
NÃO INTEFERE	31	5,98%	38	7,34%	47	9,07%	4	0,77%	120	23,17%
TOTAL GERAL	81	15,64%	176	33,98%	229	44,21%	32	6,18%	518	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os sentimentos mais destacados entre os entrevistados quando analisa-se de forma geral, foram o estresse com 25,29% (131 militares), seguido por ansiedade 15,83% (82 militares), deprimido, triste e desanimado 11,20% (58 militares) e culpado 10,04% (52 militares). Dado confirmado também quando se analisa apenas a categoria dos endividados.

Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) em seu trabalho realizado com servidores públicos estadual, demonstraram que a qualidade de vida e a qualidade do trabalho estão diretamente relacionadas a uma boa saúde financeira e que problemas financeiros causam desmotivação e falta de concentração nas atividades laborais.

Souza D. (2015, p.31) afirma que “profissionais que têm uma vida financeira mais equilibrada com certeza são mais produtivos e felizes, pois sabem que têm a liberdade de ir e vir proporcionada pela segurança financeira”.

Como já mencionado anteriormente, a profissão policial militar é de risco e possui um nível de estresse elevado, desta forma depreende-se que a situação financeira dos militares afeta diretamente o seu desempenho profissional, podendo levar ao cometimento de erros, devido ao acúmulo de pressão que estes sofrem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo teve como objetivo a análise da existência de uma relação entre a realização de um planejamento financeiro pessoal e o endividamento dos policiais militares do estado da Paraíba. Para corroborar com esta análise, foram propostos os objetivos específicos de verificar se os militares se preocupam em adquirir conhecimento sobre educação financeira, identificar o hábito de realizar planejamento financeiro, bem como, verificar os motivos atribuídos ao endividamento e seus níveis.

Verificou-se que os militares já tiveram algum tipo de informação sobre educação financeira e que essas informações ocorreram principalmente através de pesquisa na internet, programa de TV ou com pessoas da família. Constatou-se ainda que a maioria dos participantes procuram com frequência informações sobre o assunto e que a instituição não proporcionar tal conhecimento a seus integrantes. Em contra partida, os militares apresentaram dificuldades de entendimento no que diz respeito aos encargos dos produtos financeiros, o que é preocupante visto que o uso de tais encargos está presente em diversas transações financeiras.

O desconhecimento das taxas de juros pode acarretar muitos encargos financeiros e endividamento aos militares. Por isso é importante a orientação dos servidores quanto ao uso destes, visto que diversas modalidades de crédito são facilmente oferecidas a estes servidores.

No que concerne ao hábito de realizar o planejamento financeiro pessoal, verificou-se que os servidores até possuem sistemas de controle de gastos em sua maioria, contudo, não alimentam esses sistemas com frequência e conseqüentemente não confeccionam um plano de gastos, o que dificulta a análise das finanças para o efetivo controle dos gastos.

Constatou-se ainda que a ação de poupar não é habitual entre os policiais militares. Com isso a maioria até consegue gastar menos ou igual ao que ganha, todavia, não constituem reservas para eventuais despesas que possam vir a ocorrer, ou até mesmo a aquisição de um bem com valor maior.

Quanto aos motivos que levaram os servidores a contratar dívidas de longo prazo, como empréstimos e financiamentos, podem-se destacar os investimentos, como aquisição de carros ou imóveis, a má gestão da renda familiar e os gastos

com cartão de crédito como as principais causas. Sendo que a maioria dos respondentes se encontra em um nível de endividamento bastante alto, tendo até 60% de sua renda comprometida com empréstimos e financiamentos. O que é preocupante visto que o descontrole das finanças pessoais pode levar a insolvência de suas dívidas e conseqüentemente atingirem o pior nível, o sobreendividamento.

Um dado contrastante foi observado na pesquisa, visto que a maior proporção de policiais militares possui dívidas, todavia os mesmos informaram não possuir seus nomes nos registros de órgãos de proteção ao crédito, fato que pode ocorrer em virtude do receio de serem punidos junto a PMPB, mesmo que para essa penalidade acontecer, à informação deverá ser provocada por terceiros.

Conclui-se, por fim, que os policiais militares estão mais propensos ao endividamento quando não planejam suas finanças e acabam sofrendo com estresse e são menos produtivos no trabalho. Todavia, o conhecimento em educação financeira auxilia e melhora o processo de tomada de decisão de como melhor gerir seus gastos.

Diante desses resultados, uma alternativa seria oferecer cursos na área de finanças pessoais, visando contribuir para o exercício da educação e do planejamento financeiro. Isso poderá evitar problemas no futuro atinente à qualidade dos serviços prestados, a motivação com o trabalho, o bem-estar social e à qualidade de vida dos seus funcionários.

Destaca-se como limitações do estudo, o acesso a todo o efetivo da PMPB, principalmente aqueles lotados nas áreas mais distantes, como CPR1 (Campina Grande) e CPR2 (Patos).

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o público pesquisado para os militares inativos, a fim de realizar uma análise comparativa com os militares da ativa, visto que aqueles sofrem perda significativa quando se aposentam. Também se mostra interessante pesquisar o comportamento dos jovens que ingressam na polícia militar e tem com isso sua primeira fonte de renda.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Orientador: Prof.Dr. Stefano Florissi. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147460>. Acesso em: 05 nov. 2018.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Assessing financial literacy in 12 countries: an OECD/INFE international pilot exercise. **Journal of Pension Economics and Finance**, [Cambridge], v. 10, n. 4, p. 657-665, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/assessing-financial-literacy-in-12-countries-an-oecdinfe-international-pilot-exercise/3AC4BAF1C43A5A2CD54DDF42AC9C05C5>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais.** Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional.** Brasília: BCB, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2018/07/br201807P.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.** Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRUSKY, Boonie; MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in Sao Paulo.** Geneva: International Labour Office Geneva, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Regi_Magalhaes/publication/242507678_Assessing_Indebtedness_Results_from_Pilot_Survey_among_Steelworkers_in_Sao_Paulo/links/557602da08aeb6d8c01ae990/Assessing-Indebtedness-Results-from-Pilot-Survey-among-Steelworkers-in-Sao-Paulo.pdf?origin=publication_detail. Acesso em 25 fev. 2019.

CEBASI, Gustavo. **Os segredos dos casais inteligentes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. *In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO*, 12., 2009. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SEMEAD, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Rio de Janeiro: CNC, 2018. Disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_setembro_2018_0.pdf. Acesso em: 02 nov. 2018.

COSTA, Geraldo de Faria Martins. O direito do consumidor endividado e a técnica do prazo de reflexão. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo: RT, n. 43, p. 258-260, jul./set. 2002.

FLORES, Sílvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista do CCEI**, Bagé, v. 18, n. 33, p. 140-153, 2014.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GADELHA, Kalyne Amaral Di Lorenzo; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; CORREIA, Thamirys de Sousa. Decisões financeiras x formação acadêmica: uma contribuição com base na educação financeira. *In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE*, 5., 2014. Santa Catarina. **Anais [...]**. Santa Catarina: Congresso UFSC, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Parnaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, n. 12, p. 24-29, jul.- dez., 2015.

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. O planejamento financeiro como instrumento da qualidade de vida. *In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: ESCOLA DO GOVERNO E UNIVERSIDADES ESTADUAIS*, 1., 2008. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: [s.n.], 2008. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf. Acesso em: 08 dez. 2018.

LIMA, João Batista de. **A Briosa: a história da Polícia Militar da Paraíba**. João Pessoa/PB: A União, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria/downloadFile/file/MMLM.pdf?nocache=1210675423.37>. Acesso em 04 dez. 2018.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: O Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli Angélica do Amaral. 2007. 214 f. Dissertação (Pós Graduação em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OECD. Measuring Financial Literacy, questionnaire and guidance notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy. *In*: INTERNATIONAL NETWORK ON FINANCIAL EDUCATION: Cape Town, 2011, Paris. **Anais [...]** Paris: [s.n.], 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

PAIVA, John Taylor. **O segredo da educação financeira**: Incrível Guia de Planejamento e Controle Financeiro. São Paulo: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/332792325/O-Segredo-da-Educacao-para-Saude-Financeira-pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 3.909, de 14 de julho de 1977. Dispõe sobre o estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, PB 14 jul. 1977.

PARAÍBA (Estado). Decreto nº 8.962, de 11 de março de 1981. Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, PB, 11 mar. 1981.

PARAÍBA (Estado). Lei Complementar nº 87, de 02 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a organização estrutural e funcional da Polícia Militar do Estado da Paraíba e determina outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, PB, 02 dez. 2008.

PARAÍBA (Estado). Decreto nº 32.554, de 01 de novembro de 2011. Dispõe sobre averbação de consignações em folha de pagamento, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, PB, 01 nov. 2011.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 2049, de 19 de dezembro de 2018. Institui o Sistema de Educação da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, PB, 19 dez. 2018.

PARISE, Ederson Kercher. **A necessidade de conhecimento de educação financeira para a formação do oficial do Exército Brasileiro**: um estudo comparativo do nível de educação financeira dos cadetes do primeiro e quartos anos da Academia Militar das Agulhas Negras. Orientador: Cel Inf Cleidinei Augusto da Silva. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2017.

POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. **PMPB completa 186 anos de história**. Paraíba, 2018. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/portal/2018/02/03/policia-militar-da-paraiba-completa-186-anos-de-historia/>. Acesso em 08 jan. 2019.

PORTELA, Andrey; BUGHAY FILHO, Almiros. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11, n. 106, p. 104-114, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd106/nivel-de-estresse-de-policiais-militares.htm>. Acesso em: 04 nov. 2018.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda; FILHO, Reisoli Bender. Modelando a propensão ao endividamento: os fatores comportamentais e socioeconômicos são determinantes. **Revista faculdade de ciências econômicas: pesquisa e reflexão**, Santa Catarina, v. 24, p. 85-110, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=s0121-68052016000200006&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 14 mar. 2019.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121-1141, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620>. Acesso em 18 dez. 2018.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **Inadimplência: impactos nas emoções**. [São Paulo]: SPC Brasil, 2018. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/.../analise_perfil_inadimplente_emocoes.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

SILVA, Flaviane Costa; *et al.* Planejamento Financeiro: uma análise do perfil dos servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais. *In*: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5., 2014. Santa Catarina. **Anais [...]**. Santa Catarina: Congresso UFSC 2014.

SILVA, Guilherme de Oliveira; *et al.* Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 7, p. 279-298, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/3726>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes de; FARJAN, Fernanda Deolinda. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 12., 2015. Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: AEDB, 2015.

SOUZA, André Bezerra de. **Memória da Polícia Militar do Estado da Paraíba: Difusão da memória institucional**. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suerde Miranda de Oliveira Brito. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Gradação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2017.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação da UNB**. Orientador: Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira. 2015. 87f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

APÊNDICE A

Instrumento de Pesquisa – Questionário

1º SEÇÃO – PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO

1. **Sexo:** Feminino Masculino Outro: _____

2. **Idade:**

De 18 a 25 anos

De 26 a 35 anos

De 36 a 45 anos

De 46 a 55 anos

Mais de 55 anos

3. **Estado Civil:**

Solteiro

Casado

Viúvo

União Estável

Outro: _____

4. **Nível de escolaridade:**

Sem Alfabetização

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós Graduação

(Especialização, mestrado, doutorado...)

5. **Indique sua renda PESSOAL:**

Até R\$ 3.816,00 (1-4 SM)

De R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00 (4-6 SM)

De R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00 (6-8 SM)

De R\$ 7.632,00 a R\$ 10.494,00 (8-11 SM)

Acima de R\$ 10.494,00 (> 11 SM)

6. **Indique sua faixa de renda FAMILIAR:**

Até R\$ 3.816,00 (1-4 SM)

De R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00 (4-6 SM)

De R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00 (6-8 SM)

De R\$ 7.632,00 a R\$ 10.494,00 (8-11 SM)

Acima de R\$ 10.494,00 (> 11 SM)

7. **Quantas pessoas moram em sua residência? (Contando com você).**

Um

Dois

Três

Mais de quatro

8. **Qual seu tempo de serviço na Polícia Militar da Paraíba (PMPB)?**

Até 5 anos

De 5 a 10 anos

De 10 a 15 anos

De 15 a 20 anos

Mais de 20 anos

9. **Qual seu Posto/Graduação na Polícia Militar da Paraíba (PMPB)?**

Coronel

Tenente Coronel

Major

Capitão

Tenente

Aspirante

Subtenente

Sargento

Cabo

Soldado

Outro: _____

10. **Qual sua Unidade de trabalho?** _____

(Indique em qual Batalhão de Polícia ou Companhia independente você trabalha).

2º SEÇÃO - EDUCAÇÃO FINANCEIRA

11.1. **Você tem conhecimento sobre o que é taxa de juros?**

Não Sim

11.2. **Você tem conhecimento sobre demais encargos, além da taxa de juros?** Não Sim

11.3. **Já teve alguma informação, em algum momento da sua vida, sobre a importância da Educação Financeira, ou sobre como gastar seu dinheiro?**

Não

Sim

a) **Indique qual o meio que recebeu informação:**

De alguém da família

Assistiu programa de TV

Pesquisou na internet

Fez algum curso

Da PMPB

Outro: _____

11.4. **Necessita de auxílio para adquirir informações a respeito da Educação Financeira?**

Nunca

Raramente

Algumas Vezes

Muitas Vezes

Sempre

11.5. Com que frequência você procura informações sobre Educação Financeira?

0 Nunca 1 Raramente 2 Algumas Vezes 3 Muitas Vezes 4 Sempre

3º SEÇÃO – PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Responda conforme o seu comportamento e o seu modo de pensar, de acordo com a escala ao lado.	Nunca	Raramente	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Sempre
12.1. Tenho um sistema de controle de gastos pessoais (ex.: planilha de receita e despesas).					
12.2. Sigo um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal					
12.3. Costumo esquecer de anotar minhas despesas durante o mês					
12.4. Pago minhas contas “SEM atraso”					
12.5. Poupo mensalmente					
12.6. Economizo visando à compra de um produto mais caro (ex.: carro, imóvel)					
12.7. Analiso minhas finanças antes de fazer alguma grande compra					
12.8. Comparo preços ao fazer uma compra					
12.9. Compro por impulso					
12.10. Prefiro comprar um produto financiado a juntar dinheiro para comprá-lo à vista					

12.11. Seu conhecimento para administrar seu próprio dinheiro é?

- 0 Insuficiente – gostaria de possuir um nível de conhecimento muito maior
 1 Baixo – gostaria de saber um pouco mais sobre educação financeira
 2 Regular – conheço algumas coisas, mais gostaria de saber mais sobre o assunto
 3 Bom – o que conheço é suficiente sobre o assunto
 4 Elevado – possuo amplo conhecimento sobre o tema

4º SEÇÃO – ENDIVIDAMENTO
13.5. Você possui dívidas?

0 Não 1 Sim

a) Qual o principal motivo que o levou a contrair dívidas?

- 0 Redução da renda familiar 4 Acidente ou morte de pessoa da família
 1 Investimentos (Ex.: carro, casa, reforma) 5 Viagem
 2 Educação (Ex.: cursos, educação formal) 6 Má gestão da renda familiar
 3 Consumo 7 Outros: _____

13.6. Você possui empréstimos e ou financiamentos?

0 Não 1 Sim

a) Quanto do seu salário é comprometido com empréstimos? (Seja pessoal ou consignado)

- 0 Até R\$ 300,00 3 De R\$ 701,00 a R\$ 900,00
 1 De R\$ 301,00 a R\$ 500,00 4 Acima de R\$ 900,00
 2 De R\$ 501,00 a R\$ 700,00

b) Quanto do seu salário é comprometido com financiamentos? (Financiamentos de imóveis, veículos, etc)

- 0 Até R\$ 300,00 3 De R\$ 701,00 a R\$ 900,00
 1 De R\$ 301,00 a R\$ 500,00 4 Acima de R\$ 900,00
 2 De R\$ 501,00 a R\$ 700,00

Responda conforme o seu comportamento e o seu modo de pensar, de acordo com a escala ao lado.	Nunca	Raramente	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Sempre
13.7. Utilizo cartões de crédito e/ou cheque especial por não possuir dinheiro disponível para as despesas					
13.8. Verifico a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas					
13.9. Costumo recorrer a empréstimos para resolver uma situação emergencial (ex.: acidente, doença).					
13.10. Tenho meu nome nos registros de órgãos de proteção ao crédito (Ex.: SPC, SERASA).					
13.11. Qual sua situação financeira atual, referente aos ganhos?					
<input type="checkbox"/> Gasto mais do que ganho <input type="checkbox"/> Gasto igual ao que ganho <input type="checkbox"/> Gasto menos do que ganho					
13.12. Sua situação financeira interfere no seu desempenho profissional, dentro da instituição?					
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim a) Indique como você se sente: <input type="checkbox"/> Ansioso <input type="checkbox"/> Com auto estima baixa <input type="checkbox"/> Estressado <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Falta de estímulo e concentração no trabalho					
13.13. Para complementar sua renda, você utiliza de outras formas de crédito para ter dinheiro disponível para pagar as dívidas e/ou despesas?					
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim a) Indique quais formas de crédito utiliza: (marque as alternativas que mais utiliza) <input type="checkbox"/> Empréstimos bancários <input type="checkbox"/> Cartão de crédito <input type="checkbox"/> Atividades extras <i>(Serviços voluntários, na própria instituição)</i> <input type="checkbox"/> Cheque especial <input type="checkbox"/> Atividades extras <i>(Serviços voluntários, fora da instituição ("Bicos"))</i> <input type="checkbox"/> Empréstimos com amigos/familiares					

APÊNDICE B

Agrupamento de variáveis

VARIÁVEL – UNIDADE DE TRABALHO/ ÁREA DE TRABALHO					
CPRM	EFETIVO	CPRI	EFETIVO	CPRII	EFETIVO
CPRM - Sede	27	CPR1 - Sede	5	3 ° BPM	7
1 ° BPM	35	2 ° BPM	14	6 ° BPM	13
5 ° BPM	39	4 ° BPM	8	12 ° BPM	2
7 ° BPM	13	8 ° BPM	6	13 ° BPM	3
1ª CIPM	15	9 ° BPM	4	14 ° BPM	9
2ª CIPM	5	10 ° BPM	9	5ª CIPM	1
4ª CIPM	4	11 ° BPM	3	7ª CIPM	1
6ª CIPM	5	15 ° BPM	9	BOPE - CPR2	1
BOPE	31	3ª CIPM	10		
BPAMB	7	BOPE - CPR1	2		
BPTRAN	5	CIOP - CPR1	1		
RPMONT	11				
CEATUR	5				
FR	44				
QCG	68				
DAL	5				
DSAS	2				
CE	51				
CIOP	18				
SEDS	6				
CMG	4				
Caps PMPB	1				
HPM	3				
PBPREV	1				
RR	5				
TOTAL	410		71		37

VARIÁVEL – POSTO OU GRADUAÇÃO/ CICLO HIERÁRQUICO			
OFICIAIS		PRAÇAS	
Coronel	7	Aspirante	6
Tenente Coronel	6	Aluno oficial (cadete)	3
Major	7	Subtenente	7
Capitão	28	Sargentos	99
Tenente	48	Cabo	97
		Soldado	197
		Aluno soldado	13
TOTAL	96	TOTAL	422